



LEI N° 1760/2020.  
22 DE JUNHO DE 2020.

LDO 2021  
LEI DE DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS

PREFEITO: RAIMUNDO MARCELO ARCANJO



LEI Nº 1.760/2020, DE 22 DE JUNHO DE 2020.  
(Projeto de Lei nº 19/2020-PMSA)

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA  
LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RAIMUNDO MARCELO ARCANJO, na qualidade de PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município,

**Art. 1º** - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município para 2021.

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. A organização e estrutura dos orçamentos;
- III. As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município e suas alterações;
- IV. As disposições relativas à dívida pública municipal;
- V. As disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI. As disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII. As disposições finais.

**§ 1º** - Os orçamentos municipais e respectivas contabilizações pelo método das Partidas Dobradas, das Contas de Governo e Contas de Gestão, obedecerão para fins de registro, demonstrativo e consolidação, além de códigos locais, as seguintes disposições da Lei Federal n.º 4.320/64.

- I. Anexo I, Especificação da Receita;
- II. Adendo I, Especificação dos Elementos da Despesa;
- III. Adendo IV, Especificação da Despesa;
- IV. Anexo V, Classificação Funcional-Programática com código e estrutura;
- V. Quadros demonstrativos dos Adendos V, VI, VII, VIII e XI.

**Art. 2º** - O Plano Plurianual para o período de 2018 A 2021 estabelece as prioridades e as metas para o exercício de 2021, sendo esta Lei regra estabelecida para elaboração da Lei Orçamentária 2021, podendo o orçamento incorporar as adequações necessárias.

**§ 1º** - Os ANEXOS de METAS FISCAIS e RISCOS FISCAIS, partes integrantes desta lei tem precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2021, não constituindo as últimas em limite à programação das despesas.

**§ 2º** - Ocorrendo mudança de moeda, extinção do indexador, dolarização da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais, e qualquer outra ocorrência no SISTEMA MONETÁRIO NACIONAL, fica o Poder Executivo Municipal, através de Decreto, autorizado para adequá-la os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial a estas modificações, os quais terão seus valores corrigidos imediatamente, para que o equilíbrio dos referidos sistemas, seja conservado e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou definitivamente a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.



**§ 3º** - Os projetos constantes do Plano Plurianual de Investimentos poderão ser revistos e atualizados de modo a assegurar a projeção continuada de 04 (quatro) anos, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 23 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 3º** - As receitas próprias e de órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista desta Lei, somente poderão ser programadas para atender integralmente suas necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida.

**Parágrafo Único** – Na destinação dos recursos de que trata o "caput" deste artigo para atender despesas com investimentos, serão priorizadas as contrapartidas de financiamentos.

**Art. 4º** - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, obedecido ao disposto na Lei Federal n.º 4.320/64 e o § 5º do art. 42 da Constituição Estadual, para exame e deliberação da Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, será constituído de:

- I. Texto de lei;
- II. Consolidação dos quadros orçamentários;
- III. Anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminado a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- IV. Anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, 5º, II, da Constituição, na forma definida nesta lei.

**§ 1º** - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os comprovantes referenciados no art. 22, inciso III, da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

- I. Do resumo das receitas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- II. Do resumo das despesas dos orçamentos fiscais da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- III. Da receita e da despesa, dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme anexo I da Lei n.º 4.320/64, de 1964, e suas alterações;
- IV. Das receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III, da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;
- V. Das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o Poder do órgão, por grupo de despesas e fontes de recursos;
- VI. Das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função, programa, subprograma e grupo de despesa;
- VII. Dos recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscais e da seguridade social, por órgão;

**§ 2º** - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

- I. Anexos da Lei 4.320/64.



- II. Justificativas da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa, que importarem em investimento que ultrapasse o exercício do Orçamento 2020.

**§ 3º** - Acompanharão o projeto de Lei Orçamentária Anual, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

- I. Os resultados correntes dos orçamentos fiscais e da seguridade social;
- II. O efeito, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda da receita que lhes possa ser atribuída, bem como os subsídios financeiros e creditícios concedidos por órgão ou entidade da administração direta e indireta com os respectivos valores por espécie de benefício, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição Federal;

**§ 4º** - Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada.

**Art. 5º** - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus Órgãos e Fundos, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

**Art. 6º** - Para efeito do disposto no art. 4º desta lei, o Poder Legislativo, os Órgãos descentralizados e as Secretárias de Governo, as administrações dos fundos especiais, demais administrações dos órgãos públicos municipais e contas de gestões, encaminharão até o dia 28 de agosto de 2020, à Secretaria de Gestão do Município, suas respectivas propostas orçamentária, para fins de exame técnico de viabilidade e consolidação, sob pena de terem suas propostas fixadas com base nos atuais custos administrativos.

**Art. 7º** - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminará a despesa por órgão e unidade orçamentária, segundo a classificação funcional programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível.

**§ 1º** - As categorias de programação de que trata o caput deste artigo poderão se identificados por subprojetos ou subatividades, com indicação das respectivas metas.

**§ 2º** - Os subprojetos e subatividades se forem o caso, serão agrupados em projetos e atividades, contendo uma sucinta descrição dos respectivos objetos.

**§ 3º** - No projeto de Lei Orçamentária Anual poderá ser atribuído a cada subprojeto e subatividade, para fins de processamento, um código numérico sequencial.

**§ 4º** - O enquadramento dos subprojetos e subatividades na classificação funcional programática deverão observar genericamente os objetivos precípuos dos projetos e atividades, independentemente da entidade executora e do detalhamento da despesa.

**§ 5º** - As modificações propostas nos termos do art. 166, §§ 3º, 4º e 5º, da Constituição Federal deverão preservar os códigos numéricos sequenciais da proposta original.



**§ 6º** - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas mediante publicação de ato do Poder Executivo, com a devida justificativa, para atender as necessidades de execução logística do projeto e ou atividade respectiva através de detalhamento da despesa, utilizando os mesmos recursos para os fins respectivamente programados.

**Art. 8º** - A modalidade de aplicação a que se refere o § 6º do artigo anterior destina-se a indicar o responsável pela execução e será identificada na Lei Orçamentária e créditos adicionais pelo código geral (00.00.00.000.0000.0.000.0000) conforme abaixo:

- I. 00 = Código inicial que identifica o órgão
- II. 00 = Código que identifica da Unidade Orçamentária;
- III. 00 = Código que identifica a função;
- IV. 000 = Código que identifica a Subfunção;
- V. 0000 = Código que identifica o Programa segundo o PPA;
- VI. 0 = Tipo de Conta Orçamentária Projetos ou Atividades, sendo números ímpares projetos e números pares Atividades;
- VII. 000 = Código que identifica a sequência dos projetos ou atividades.
- VIII. 0000 = Código que identifica a sequência dos subprojetos ou subatividades, caso exista necessidade na conta orçamentária.

**Art. 9º** - Os créditos adicionais utilizarão idêntica forma de codificação e programação estabelecida para a Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - Acompanharão os projetos de lei relativos a autorizações de créditos adicionais especiais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

**§ 2º** - Cada Projeto de Lei e Decreto deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional, indicando os novos programas ou os programas a serem suplementados, ocorrendo à abertura e respectivo desdobramento como preceituam os arts. 43 e 46 da Lei Federal n.º 4.320/64.

**Art. 10** - Nas previsões de receita e na programação da despesa observar-se-á:

01. – Nas previsões de receitas:

- I. As previsões de receitas observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos.
- II. Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- III. O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- IV. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação,



da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

02 – Na programação da despesa não poderão ser:

- I. Fixadas despesas, sem que estejam definidas e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II. Incluídos subprojetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;
- III. Incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;
- IV. Transferidos a outras unidades orçamentárias do mesmo órgão os recursos recebidos por transferência;

§ 1º - Excetuados os casos de obras cuja natureza ou continuidade física não permita o desdobramento, a Lei Orçamentária Anual não consignará recursos a projeto que se localize em mais de uma unidade orçamentária ou que atenda a mais de uma.

§ 2º - O total de emendas à proposta orçamentária não poderá exceder ao limite total do orçamento fixado.

**Art. 11** - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa da programada, exceto se comprovado documentalmente, erro na fixação desses recursos.

**Art. 12** - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

- I. Seja de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, Cultura e Desportos, as vinculadas à área de assistência terão que ter registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
- II. Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- IV. Ser sediada no Município;
- V. Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra instituição com o mesmo fim e com sede no Município, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declarações de funcionamento regular, emitida no exercício de 2021, por três autoridades locais e comprovantes de regularização do mandato de sua diretoria.

§2º - A destinação de recursos à entidade privada com sede no município para atendimento às ações de assistência social, saúde e educação, será realizada por intermédio de transferências intergovernamentais, mediante plano de aplicação indicada à unidade de medida de desempenho



e requerimento do seu titular, devendo sua prestação de contas ocorrer até o último dia útil do Exercício a que se refere a presente Lei, composta dos seguintes documentos.

- a. Relatório consubstanciado das atividades;
- b. Balancete financeiro;
- c. Recolhimento do saldo monetário que houver;
- d. Comprovação de desempenho.

**§3º** - A destinação de recursos transferidos diretamente pelo Sistema Único de Saúde, para entidades que estejam vinculadas a União, deverá ser feito mediante receita e despesa orçamentária demonstrando à origem de recurso, ao qual, o Município atua apenas como transferidor e na fiscalização do recurso transferido.

**Art. 13** - É vedada a inclusão de dotação, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I. Voltadas para o ensino especial ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional da Comunidade (CNEC).
- II. Cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos oriundos de programas ambientais doados por organismos internacionais ou agências estrangeiras governamentais;
- III. Voltadas para as ações de saúde prestadas por entidade vinculada ao SUS ou quando financiadas com recursos de organismos internacionais.

**Art. 14** - As transferências de recursos do município consignadas na Lei Orçamentária Anual, para as instituições, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, patrocínio a eventos, a pessoas físicas e jurídicas serão realizadas exclusivamente mediante contrato, convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica, as repartições de receitas tributárias, as operações de créditos para atendê-la a estado de calamidade pública legalmente conhecida por ato do Poder Executivo, e dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, desde que não esteja inadimplente com:

- I. O fisco da União, inclusive com as contribuições de que tratam os arts. 195 e 239 da Constituição;
- II. As contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços; e,
- III. A prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos, ajuste, subvenções, auxílios e similares;
- IV. Fisco do Município.

**§ 1º** - Caberá ao órgão transferidor do município:

- I. A exigência de indicação compromissada de um preposto coordenador do programa; e,
- II. Acompanhar a execução das subatividades ou subprojetos desenvolvidos com os recursos transferidos.

**§ 2º** - As transferências previstas neste artigo serão feitas mediante apresentação de plano de



trabalho, devendo o empenho ocorrer até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congêneres, e os demais registros próprios nas datas da ocorrência dos fatos correspondentes.

§ 3º - A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá atender às condições estabelecidas nesta lei e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, até o limite de dez por cento da receita corrente líquida.

§ 4º - Na concessão de crédito a pessoa física ou jurídica que não esteja sob o controle direta ou indireta, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação, com o mesmo prazo de amortização estabelecido para o Município junto à instituição financeira.

§ 5º - Na concessão de crédito ou patrocínio a pessoa física ou jurídica, associação ou entidade, destinado a atividades desportivas e culturais apoio a liga desportiva, associação desportiva para implementação de Competições Esportivas Regionais ou apoio a atividades culturais no âmbito da Sociedade local.

§ 6º - Nos recursos transferidos pelo Governo como incentivo a Classes de Trabalhadores, abono, produção ou qualquer outro benefício, poderá ser pago mediante apresentação de convênio com Associação de Classe em conformidade com as exigências contidas nos incisos I, III e IV do caput do Art. 14.

**Art. 15** – Serão constituídas, nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, RESERVA DE CONTINGÊNCIA aos respectivos orçamentos até o limite máximo de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, ficando os critérios e regras para sua utilização exigida no inciso III do art. 5º da LRF, estabelecidos da seguinte forma:

§1º - Da anulação de dotação da Reserva de Contingência prevista no Projeto de Lei Orçamentária para atender despesas primárias e/ou Correntes diversas não poderá ser superior, em montante, ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da Reserva de Contingência consignado na proposta orçamentária;

§2º - Da anulação dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, previstos na Lei Orçamentária 2021, somente para Suplementação de Despesas relativas eventos fiscais imprevistos e falhas na previsão orçamentária, relacionados a:

- I. Investimentos;
- II. Pessoal e Encargos sociais;
- III. Refinanciamento da Dívida Pública Municipal;
- IV. Inserção de Despesas novas em virtude da implantação de Programas novos, cujas despesas, correrão à conta de Dotação já constante no Orçamento;

§3º - Atendimento de Passivos Contingentes e Outros Riscos Fiscais imprevistos;

§4º - Considerando o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, caso não seja utilizada a Reserva de Contingência durante o exercício, está poderá ser anulada nos últimos 60 (sessenta) dias no ano para reforço das dotações orçamentárias.





**Art. 16** - À programação a cargo das Secretarias de Gestão Administrativas incluir-se-á as dotações destinadas a atender as despesas com:

- I. Pagamento da dívida interna; e,
- II. Pagamentos dos precatórios sob o controle da Procuradoria Municipal;

**§ 1º** - As demais Secretarias incluirão dotações destinadas a manutenção dos serviços anteriormente criados e para aquisição de bens de capital, necessários ao perfeito funcionamento e operacionalidade de suas atribuições e competências administrativas, subordinadas as respectivas contas de gestões sobre as quais responsáveis prestarão contas regulares.

**§ 2º** - Os programas de Educação e os de Saúde, à conta dos respectivos fundos especiais, poderão ser suplementados e efetuados as transposições de dotações que se fizerem necessários, utilizando recursos orçamentários dos mesmos programas, destinados a agilizar o processo de aplicação, do cumprimento das obrigações constitucionais e, para manutenção dos efeitos da descentralização, observadas as decisões dos respectivos conselhos municipais sobre as reais necessidades a respeito da movimentação orçamentária, financeira e patrimonial no exercício.

**§ 3º** - O Poder Executivo é autorizado a utilizar fundos de outros programas para suplementar os recursos orçamentários destinados à Educação e ao Sistema de Saúde, quando estes se tornarem insuficientes para os cumprimentos de suas obrigações constitucionais e, os recursos financeiros vinculados estejam disponíveis.

**§ 4º** - A destinação de recursos para atender as despesas com ações e serviços públicos de educação e saúde obedecerá ao princípio da descentralização.

**Art. 17** - O sistema de controle interno junto ao Setor Tributário gravará na conta DIVERSOS RESPONSÁVEIS, com o registro em livro próprio e mensalmente, em nome do respectivo gestor, o valor global dos recursos liberados e aplicados com prestação de contas irregular, para atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal e os arts. 80 e seus §§ e os arts. 81, 83, 84 e do 87 a 90 e 93 do Decreto-Lei n.º 200/67, de 25/02/67, emitida pelas Cortes de Contas.

**Parágrafo Único** – A baixa na responsabilidade do registro da conta Diversos Responsáveis ou sua inclusão na Dívida Ativa obedecerá ao resultado do julgamento das contas no exercício de 2021 e do pagamento da multa imposta.

**Art. 18** - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 200, 206 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e conterà, dentre outros, com recursos provenientes:

- I. Das receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;
- II. Do orçamento fiscal.

**Parágrafo Único** – A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.



**Art. 19** - O orçamento da seguridade social discriminará as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas dos órgãos e unidades orçamentárias.

**Art. 20** - Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** - As despesas com o refinanciamento da dívida pública municipal, interna e externa, serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com serviço da dívida.

**§ 2º** - Entende-se por refinanciamento o pagamento do principal da dívida pública mobiliária municipal corrigido, e por sua amortização efetiva, seu pagamento com recursos de outras fontes.

**§ 3º** - Os Restos a Pagar processados e os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício de 2021, não poderão exceder as disponibilidades de caixa na consolidação das contas no ato do encerramento do exercício, estendendo-se a mesma obrigação às disponibilidades de caixa dos recursos dos Fundos Especiais e respectivas obrigações financeiras conforme resultados apurados, separadamente, em suas contabilidades, conforme estabelece o § Único do art. 8º da LC nº 101/2000.

**Art. 21** – Entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do Município com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos seletivos, cargos, funções ou empregos e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais contribuições recolhidas às entidades de previdência.

**§ 1º** - Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

**§ 2º** - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**§ 3º** - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I. De indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II. Relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III. Derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV. Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;
- V. Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico custeadas por recursos provenientes.
  - a) A arrecadação de contribuições dos segurados;
  - b) Da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
  - c) Das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.



**Art. 22** – Para fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal em cada período não poderá exceder a sessenta por cento (60%) da receita corrente líquida estabelecida as seguintes proporções:

- I. 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo; e,
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

**§ 1º** - Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais de que trata o parágrafo anterior.

**§ 2º** - O percentual de 6% (seis por cento) estabelecido ao Poder Legislativo, será repartido entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação da Lei Complementar n.º 101/2000 \_ Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme o que dispõe seu § 1º, do art. 20.

**Art. 23** - É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

- I. As exigências do art. 16 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal;
- II. O limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

**Parágrafo Único** – Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta dias) anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 21.

**Art. 24** - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nesta lei será realizada ao final de cada Quadrimestre.

**Parágrafo Único** – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder:

- I. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II. Criação de cargo, emprego ou função;
- III. Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV. Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 25** - Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos nesta lei, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da LC n. 101/2000, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois semestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

**§ 1º** - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.



**Art. 26** -A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, observado o disposto nesta lei e a pelo menos uma das seguintes condições:

- I. Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma da Lei Complementar n. 101/2000 e que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
- II. Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**§1º** - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**§ 2º** - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

**§ 3º** - O disposto neste artigo não se aplica:

- I. As alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;
- II. Ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

**Art. 27** – Não será aprovado projeto de lei, que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem que se apresente a estimativa da renúncia de receita correspondente.

**Parágrafo Único** – A lei mencionada no caput deste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.

**Art. 28** - É vedado ao Município durante a execução orçamentária do exercício a que se refere a presente lei e após lançamento da obrigação tributária e respectiva notificação, semprévia autorização legislativa:

- I. Conceder anistia ou redução de imposto ou taxas;
- II. Prorrogar o prazo de pagamento da obrigação tributária;
- III. Deixar de cobrar os acréscimos por atraso de pagamento;
- IV. Aumentar o número de parcelas;
- V. Proceder ao encontro de contas;
- VI. Efetuar a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito de crédito contra a Fazenda Municipal.

**Parágrafo Único** – os valores dos impostos e taxas poderão ser atualizados monetariamente e



cobrados, observado o seguinte:

- I. O valor venal dos bens imóveis junto ao mercado de imóveis; e,
- II. Os custos operacionais dos serviços postos a disposição dos contribuintes e executados à custa do erário municipal.

**Art. 29** – Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

- I. A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;
- II. A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;
- III. As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundamental, inclusive empresa estatal dependente;
- IV. As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;
- V. As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiro, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

**Art. 30** - No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de junho do corrente exercício (2020).

**§ 1º** - Os créditos especiais abertos integrarão o universo orçamentário do exercício, podendo ser suplementados, parcial ou totalmente, atualizados monetariamente e/ou transpostos ou receberem transposições orçamentárias, como também, sofrer anulações parciais e/ou totais;

**§ 2º** - Sobre os valores da receita e da despesa apresentados no projeto de lei, poderão, facultativamente, ser atualizados na Lei Orçamentária para preços de janeiro de 2021, utilizando a variação de Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M/FGV ou outro estabelecido para correção dos limites das licitações, no período compreendido entre os meses de julho a dezembro de 2021, incluídos os meses extremos do mesmo, quando verificado o percentual inflacionário acima de 10% (dez por cento).

**§ 3º** - Os valores resultantes da atualização monetária na forma do disposto no parágrafo anterior, desde que convenientes ao interesse da administração poderão, a partir de 31 de janeiro do Exercício a que se refere a presente Lei, serem incorporados às rubricas orçamentárias a qualquer dia do exercício durante a execução orçamentária, procedendo-se as devidas alterações nos valores das rubricas da Receita de forma a manter o equilíbrio orçamentário.

**§ 4º** - Para efeito na base de cálculo das transferências de recursos que o Município esteja obrigado a efetuar, excluem-se as receitas com destinação específica provenientes de convênios, ajustes ou acordos e demais disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC Nº. 101/2000, para a obtenção da receita geral líquida.



**§ 5º** - O Poder Legislativo terá como limites de suas despesas correntes e de capital em 2021, para efeito de elaboração de sua respectiva Proposta Orçamentária, nos termos do Inciso I do Art. 29-A da CF/88, no máximo do valor de 7% (sete por cento), em observância a projeção da Receita prevista no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao Exercício de 2020, com base nos valores efetivamente arrecadados até o mês de Junho de 2020, facultado em comum acordo dos representantes do Poder Executivo e Legislativo, promover revisão dos ajustes necessários em Fevereiro de 2021, conforme o resultado apurado de Dezembro/2020, mediante Crédito Suplementar.

**§ 6º** - A transferência de recursos referentes aos duodécimos à Câmara Municipal obedecerá às disposições estabelecidas para as demais contas de gestão e, será liberado até o dia 20 de cada mês durante a execução orçamentária.

**Art. 31** - A partir do 10º dia do início do exercício de 2021, o município poderá contratar operações de créditos internas por antecipação da receita destinadas a atender a insuficiência de caixa, a qual deverá ser quitada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de 2021, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC N.º 101/2000.

**Art. 32** – Fica autorizado o Município celebrar convênios com instituições bancárias visando a abertura de linhas de créditos para empréstimo financeiro e/ou para bens e serviços em favor dos Servidores e Empregados Municipais, vedado disposição de garantias de recursos municipais para cobertura do principal, de encargos financeiros e operacionais, inclusive, pertinente a inadimplências, devendo correr por inteira responsabilidade dos beneficiários, restringindo o município como partícipe respondendo apenas pelas retenções das consignações em folha de pagamento para recolhimento a instituição financiadora.

**Art. 33** - A prestação de contas anual do Município constará nos moldes da Lei Federal 4.320/64, constará dos anexos exigidos sobre a execução na forma e com o detalhamento apresentado pela Lei Orçamentária anual.

**Art. 34** - Os projetos de lei de créditos adicionais poderão a qualquer tempo ser solicitado ao Poder Legislativo, ressalvado o disposto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

**Art. 35** - São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiência disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 36** - Caso a Proposta Orçamentária não seja remetida pelo Poder Legislativo até 30 de dezembro de 2020 para sanção do Poder Executivo, ficam autorizados os atos administrativos, por Decreto do Executivo, no início de exercício financeiro de 2021, utilizando-se, a cadarmês, 1/12 (UM DOZE AVOS) do valor Total da Proposta do Projeto de Lei apresentada ao Poder Legislativo.

**§ 1º** - Considerar-se-á antecipação de crédito, à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo, não sendo considerado como Crédito Adicional Especial, Extraordinário e/ou Suplementar para fins dos limites estabelecidos nas autorizações.



§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, após sanção da Lei Orçamentária, através da abertura, por decreto, de créditos adicionais mediante remanejamento de dotações.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Pagamento de serviços de dívida;
- III. Água, energia elétrica e telefone;
- IV. Combustíveis e peças;
- V. Os subprojetos e subatividades em execução em 2019, financiados com recursos externos e contrapartida;
- VI. O Sistema Municipal de Educação;
- VII. Pagamento das despesas correntes relativas a operacionalização do Sistema Único de Saúde; e,
- VIII. Manutenção de serviços anteriormente criados e em pleno funcionamento.

**Art. 37** – Poderá ser incluído no Orçamento para o exercício de 2021, Créditos Orçamentários visando custear despesas com:

- I. Apoio financeiro a Policiamento, Poder Judiciário e o Poder Militar Brasileiro, e/ou custeio de alimentação, hospedagem, manutenção de viaturas, necessários e emergentes ao regular funcional da segurança no Município;
- II. Doações a pessoas carentes pelo serviço de Assistência Social, para o auxílio a estudantes, para o auxílio ao desporto comunitário e de rendimento;
- III. Refeições e lanches para autoridades e Servidores, do Município ou de quaisquer órgãos ou entidades, estando desenvolvendo atividades de interesse do Município, sem que para isso tenham sido remunerados com diárias pela origem;
- IV. Pagamento de Precatórios e encargos financeiros referentes a juros de mora e multas sobre obrigações municipais por força de mando legal;
- V. Suprimento de Fundos.
- VI. Convênios com outras Esferas de Governo (Federal/Estadual), para garantir a efetividade dos direitos, e dar Garantia a Prestação de Serviços a População do Município, de obrigações dos demais entes, com contra-partida Municipal, somente quando, for em favor da População do Município.
- VII. Consórcios Públicos Intermunicipais, desde que, tenham sido previamente autorizados em Lei Específica pelo Poder Legislativo Municipal.

§1º. - As refeições e lanches, quando necessárias, inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, e com membros da Entidade municipal, Secretários e Servidores Públicos Municipais, Membros de Conselhos Municipais, bem como, por ocasião de horários extraordinários dos servidores para execução de serviços.

§2º. - As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com o controle e acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.



**Art. 38** – A fixação das despesas deve estar compatível com a real previsão das receitas, de tal forma que a execução orçamentária seja efetuada com permanente equilíbrio entre receitas e despesas.

**Art. 38** – Em caso de desequilíbrio entre receitas e despesas, no curso da execução orçamentária, os critérios de limitação de empenho, em ordem de prioridade, são:

- a) – **Primeiro:** Despesas de custeio referentes a gastos com Pessoal e material de consumo;
- b) – **Segundo:** Despesas de custeio referentes a gastos com outros serviços e encargos;
- c) – **Terceiro:** Despesas referentes a aquisição de material permanente;
- d) – **Quarto:** Despesas referentes a obras e instalações;
- e) – **Quinto:** Despesas de custeio referentes à remuneração de serviços pessoais;

**Art. 40** – Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atender ao teto do cronograma de desembolso bimestral, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento da cada Poder.

**§1º** - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos, o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 41** – Os programas de manutenção e funcionamento dos serviços públicos já prestados à população terão prioridades sobre as despesas com sua expansão e com novos investimentos.

**Art. 42** – Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os Limites fixados para cada modalidade de aplicação dentro do mesmo órgão.

**Parágrafo Único** – Fica autorizado o remanejamento, a transferência dos saldos dentro do mesmo órgão das Fontes de Recurso, dentro da mesma modalidade de aplicação da classificação por categoria econômica.

**Art. 43** – Fica prevista a possibilidade de alienação de bens municipais, em conformidade com a Lei 4.320/64, Lei 8.666/93 e a Lei Complementar 101/2000;

**Art. 44** - Os Projetos de Lei Orçamentária anual, nos Créditos Adicionais serão apresentados na forma e com os critérios estabelecidos na Lei, fixando nos seguintes limites:

**§1º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Superávit Financeiro previsto no Art. 43 §1º inciso I da Lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos ao superávit financeiro calculado entre a diminuição do ativo financeiro e o passivo financeiro apurado com base no Balanço Geral do exercício anterior.

**§2º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Excesso de Arrecadação previsto no Art. 43 §1º inciso II da lei 4.320/64, terá como limite os valores relativos à diferença apurada entre o total a ser arrecadado até o mês, considerando a proporção arrecadada proporcionalmente ao total do orçamento ou a proporção arrecadada no exercício anterior em confronto com o valor





efetivamente arrecadado.

**§3º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Anulação de Dotação previsto no Art. 43 §1º inciso III da Lei 4.320/64 até o limite de 50% (cinquenta por cento) em função do valor total da Proposta Orçamentária para o ano de 2021. (Emenda modificativa)

**§4º** - Os Créditos Suplementares abertos pela fonte Operações de Crédito previsto no Art. 43 §1º inciso IV da Lei 4.320/64 terá como limite os valores relativos ao total atualizado com a instituição financeira autorizada em conformidade com o previsto na Resolução 43 do Senado Federal.

**Art. 45** – Consistem vantagens especiais do Magistério o **ABONO ESPECIAL** assegurado aos profissionais do Magistério desde que efetivos oriundos do saldo dos 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEB de acordo com a execução financeira apurada no exercício, podendo ser antecipado o pagamento do ABONO ESPECIAL caso as projeções financeiras assim permitirem em determinado período;

**Art. 46** - O Poder Executivo publicará, no prazo de 30 (trinta) dias úteis da data de publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso Mensal previsto LRF, por órgão integrante do orçamento fiscal e da seguridade social.

**Art. 47** - Conterá do Sistema de CONTABILIDADE, em meio magnético, os bancos de dados da Lei Orçamentária para fins de Registro das contas de gestão e emissão de relatórios sintéticos e analíticos.

**§ 1º** - Os relatórios de que trata o caput deste artigo constará a execução mensal dos orçamentos fiscal e da seguridade social, classificado segundo:

- I. Grupo de receita;
- II. Grupo de despesa;
- III. Órgão;
- IV. Unidade orçamentária;
- V. Função;
- VI. Programa;
- VII. Subprograma;
- VIII. Detalhamento por elemento da natureza da despesa.

**§ 2º** - Integrará o conjunto de relatórios, a movimentação da execução orçamentária, financeira e patrimonial, discriminado para cada um dos níveis referidos no parágrafo anterior:

- I. O valor constante da Lei Orçamentária Anual;
- II. O valor criado, considerando-se Lei Orçamentária Anual e os créditos adicionais aprovados;
- III. Valor previsto da receita;
- IV. Valor arrecadado da receita;
- V. Valor empenhado no mês;
- VI. O valor empenhado até o mês;
- VII. O valor pago no mês;
- VIII. O valor pago até o mês;



- IX. Aposição das contas bancárias;
- X. A contabilidade sintética pelo método das partidas dobradas;
- XI. A contabilidade analítica por conta; e,

§ 3º - O relatório de execução orçamentária não constará duplicidade, eliminando-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais.

§ 4º - O relatório discriminará as despesas com o pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com os vencimentos de vantagens, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

§ 5º - Além da parte relativa à despesa, o relatório de que trata o caput deste artigo conterá demonstrativo de execução da receita, de acordo com a classificação constante do anexo II da Lei n.º 4.320/64, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas.

**Art. 48** - O setor competente, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, para efeito das Contas de Gestão, fundos e entidades que integram os orçamentos, o seguinte:

- I. Quadros demonstrativo da especificação dos programas de trabalhos;
- II. Quadros demonstrativos da natureza de despesa, detalhada no mínimo por elemento;
- III. Quadro da programação financeira e o cronograma de desembolso financeiro.

**Art. 49** - O Poder Executivo poderá utilizar sistema eletrônico de processamento de dados em meio magnético rígido e/ou flexível para escrituração e apresentação de matéria contábil relativa à execução orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive para fazer prova junto aos órgãos de fiscalização com relação a sua obrigação mensal e/ou anual de prestar contas e procedendo as movimentações contábeis, registros dos seus controles internos e o reforço orçamentário às dotações até seu respectivo montante, utilizando o sistema eletrônico computadorizado.

**Art. 50** - Poderá o Município, Poder Executivo ou Poder Legislativo fixar convênios ou termos de cooperação com entidades representativas de classe, mediante apresentação do Plano de Trabalho.

**Art. 51** - Aplicam-se a esta Lei as demais disposições da Lei nº. 4320/64 e Lei Complementar Nº.101/2000, no que concerne a esfera municipal.

**Art. 52** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 53** - Revogam-se as disposições em contrário.

  
**RAIMUNDO MARCELO ARCANJO**  
Prefeito Municipal de Santana do Acaraú-CE



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS  
DE CARÁTER CONTINUADO  
2021**

Criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF a despesa obrigatória de caráter continuado, pode ser conceituada como despesa corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Normativo que fixe para o Ente a obrigação de sua execução por um período superior a dois anos. Da mesma forma será considerado aumento de despesa, a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

As despesas obrigatórias de caráter continuado terão a sua expansão, em 2021, limitada ao crescimento da arrecadação municipal, direcionadas para a melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados à coletividade e para a ampliação do patrimônio do município, pertinente aos convênios já firmados e os a serem realizados.

Não ocorrerá, portanto, necessidade de compensação da expansão, já que as despesas estão sobre rígido controle para a consecução da meta de resultado primário estabelecida.



AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS / METAS ANUAIS 2021

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor		% PIB	% RCL	Valor		% PIB	% RCL	Valor		% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB) x 100	(a / RCL) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	(b / RCL) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100	(c / RCL) x 100
	(a)	(b)			(c)							
Receita Total	68.479.002,95	68.479.002,95	0,04%	101,08%	70.875.768,05	73.406.032,97	0,04%	101,08%	73.356.419,93	79.558.049,64	0,04%	101,08%
Receitas Primárias (I)	68.355.754,65	68.355.754,65	0,04%	100,90%	70.748.206,06	73.273.917,02	0,04%	100,90%	73.224.393,27	79.414.861,30	0,04%	100,90%
Despesa Total	68.479.002,95	68.479.002,95	0,04%	101,08%	70.875.768,05	73.406.032,97	0,04%	101,08%	73.356.419,93	79.558.049,64	0,04%	101,08%
Despesas Primárias (II)	65.937.913,00	65.937.913,00	0,04%	97,33%	68.245.739,95	70.682.112,87	0,04%	97,33%	70.634.340,85	76.605.843,10	0,03%	97,33%
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.417.841,65	2.417.841,65	0,00%	3,57%	2.502.466,11	2.591.804,15	0,00%	3,57%	2.590.052,42	2.809.018,21	0,00%	3,57%
Resultado Nominal	938.766,79	938.766,79	0,00%	1,39%	971.623,62	1.006.310,59	0,00%	1,39%	1.005.630,45	1.090.647,52	0,00%	1,39%
Dívida Pública Consolidada	41.032.908,27	41.032.908,27	0,02%	60,57%	42.469.060,06	43.985.205,50	0,02%	60,57%	43.955.477,16	47.671.519,92	0,02%	60,57%
Dívida Consolidada Líquida	39.365.247,45	39.365.247,45	0,02%	58,11%	40.743.031,11	42.197.557,32	0,02%	58,11%	42.169.037,20	45.734.052,43	0,02%	58,11%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)												
Despesas Primárias geradas por PPP (V)												
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)												

FONTE: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Exercícios 2017/2018/2019/2020) - Dados do SIM - TCEI/PCG (2017/2018/2019)

Variáveis	2020		2021		2022		2023	
	2020	2021	2021	2022	2022	2023	2023	2023
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	2,94	2,94	3,57	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	-0,48	-0,48	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	0,23	0,23	2,86	2,92	2,92	2,92	2,92	2,92
PIB Ceará	164.796.616.419,44	170.031.812.707,14	181.138.464.145,62	192.952.677.054,12	205.537.436.556,95	205.537.436.556,95	205.537.436.556,95	205.537.436.556,95

Fonte: Relatório Focus/BACEN (27/03/2020) e IPECE.

OBS: Para o ano de 2019 a Taxa de câmbio é um dado realizado sendo a comercial para venda (R\$/US\$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB);

Os valores do PIB são projeções feitas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo IBGE, para o caso do Brasil, passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo o IBGE.



AMFTabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	63.675.549,48	0,04%	100,21%	65.047.755,60	0,04%	102,37%	1.372.206,12	215,50%
Receitas Primárias (I)	63.351.174,48	0,04%	99,70%	63.625.615,01	0,04%	100,13%	274.440,53	43,32%
Despesa Total	63.675.549,48	0,04%	100,21%	61.478.698,18	0,04%	96,75%	-2.196.851,30	-345,01%
Despesas Primárias (II)	61.589.688,48	0,04%	96,93%	61.125.187,21	0,04%	96,20%	-464.501,27	-75,42%
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.761.486,00	0,00%	2,77%	2.500.427,80	0,00%	3,94%	738.941,80	4194,99%
Resultado Nominal	871.546,17	0,00%	1,37%	1.391.414,24	0,00%	2,19%	519.868,07	5964,89%
Dívida Pública Consolidada	24.627.526,50	0,01%	38,76%	40.524.934,88	0,01%	63,78%	15.897.408,38	6455,14%
Dívida Consolidada Líquida	23.806.971,69	0,01%	37,47%	38.914.757,40	0,02%	61,24%	15.107.785,71	6345,95%

FONTE: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Exercícios 2017/2018/2019/2020) - Dados do SIM - TCE/PCG (2017/2018/2019)

Variáveis	2019	2020	2021	2022	2023
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	4,31	2,94	3,57	3,50	3,50
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	1,14	-0,48	2,50	2,50	2,50
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	2,11	0,23	2,86	2,92	2,92
PIB Ceará	164.796.616.419,44	170.031.812.707,14	181.138.464.145,62	192.952.677.054,12	205.537.436.556,95
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	4,03	4,50	4,30	4,24	4,30
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período	4,50	3,50	5,00	6,00	6,25
(%a.a.)					
RCL 2019	63.541.936,64				

Fonte: Relatório Focus/BACEN (27/03/2020), IBGE e IPECE.

OBS: Para o ano de 2019 a Taxa de câmbio é a comercial para venda (R\$ /US\$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB); Os valores do PIB são projeções feitas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo IBGE e Focus/Bacen, para o caso do Brasil, passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo IBGE



**AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS 2021**

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	59.877.979,78	65.047.755,60	8,63%	66.118.570,00	1,65%	68.479.002,95	3,57%	70.875.768,05	3,50%	73.356.419,93	3,50%
Receitas Primárias (I)	59.517.116,60	63.625.615,01	6,90%	65.999.570,00	3,73%	68.355.754,65	3,57%	70.748.206,06	3,50%	73.224.393,27	3,50%
Despesa Total	56.239.403,34	61.478.698,18	9,32%	66.118.570,00	7,55%	68.479.002,95	3,57%	70.875.768,05	3,50%	73.356.419,93	3,50%
Despesas Primárias (II)	55.875.957,33	61.125.187,21	9,39%	63.665.070,00	4,16%	65.937.913,00	3,57%	68.245.739,95	3,50%	70.634.340,85	3,50%
Resultado Primário (III) = (I - II)	3.641.159,27	2.500.427,80	-31,33%	2.334.500,00	-6,64%	2.417.841,65	3,57%	2.502.466,11	3,50%	2.590.052,42	3,50%
Resultado Nominal	-23.532.285,64	1.391.414,24	-105,91%	906.408,02	-34,86%	938.766,79	3,57%	971.623,62	3,50%	1.005.630,45	3,50%
Dívida Pública Consolidada	40.372.649,40	40.524.934,88	0,38%	39.618.526,86	-2,24%	41.032.908,27	3,57%	42.469.060,06	3,50%	43.955.477,16	3,50%
Dívida Consolidada Líquida	40.306.171,64	38.914.757,40	-3,45%	38.008.349,38	-2,33%	39.365.247,45	3,57%	40.743.031,11	3,50%	42.169.037,20	3,50%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	88.330.648,52	73.290.216,90	-17,03%	68.062.455,96	-7,13%	68.479.002,95	0,61%	73.406.032,97	7,19%	79.558.049,64	8,38%
Receitas Primárias (I)	87.798.311,27	71.687.871,19	-18,35%	67.939.957,36	-5,23%	68.355.754,65	0,61%	73.273.917,02	7,19%	79.414.861,30	8,38%
Despesa Total	82.963.102,42	69.268.909,94	-16,51%	68.062.455,96	-1,74%	68.479.002,95	0,61%	73.406.032,97	7,19%	79.558.049,64	8,38%
Despesas Primárias (II)	82.426.955,04	68.870.604,18	-16,45%	65.536.823,06	-4,84%	65.937.913,00	0,61%	70.682.112,87	7,19%	76.605.843,10	8,38%
Resultado Primário (III) = (I - II)	5.371.356,23	2.817.267,01	-47,55%	2.403.134,30	-14,70%	2.417.841,65	0,61%	2.591.804,15	7,19%	2.809.018,21	8,38%
Resultado Nominal	-34.714.298,30	1.567.725,90	-104,52%	933.056,42	-40,48%	938.766,79	0,61%	1.006.310,59	7,19%	1.090.647,52	8,38%
Dívida Pública Consolidada	59.556.824,01	45.660.011,48	-23,33%	40.783.311,55	-10,68%	41.032.908,27	0,61%	43.985.205,50	7,19%	47.671.519,92	8,38%
Dívida Consolidada Líquida	59.458.757,51	43.845.801,97	-26,26%	39.125.794,85	-10,77%	39.365.247,45	0,61%	42.197.557,32	7,19%	45.734.052,43	8,38%

FONTE: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Exercícios 2017/2018/2019/2020) - Dados do SIM - TCE/PCG (2017/2018/2019)



Variáveis	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	3,75	4,31	2,94	3,6	3,50	3,50
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	1,1	1,1	-0,5	2,50	2,5	2,5
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	1,01	2,11	0,23	2,86	2,92	2,92
PIB Ceará (R\$ Milhões)	152.091	164.797	170.032	181.138	192.953	205.537
Taxa Equivalente	1,4751775	1,126714	1,0294	1	1,0357	1,1225
	0,4751775	0,126714	0,0294	0	0,0357	0,1225

Fonte: Relatório Focus/BACEN (27/03/2020) e IPECE.

OBS: Para o ano de 2018 a Taxa de câmbio é um dado realizado sendo a comercial para venda (R\$/US\$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB); Os valores do PIB são projeções feitas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo IBGE, para o caso do Brasil, passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo o IBGE.



AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2021

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	-12.737.331,05	100,00%	-14.898.924,08	100,00%	-18.304.597,65	100,00%
TOTAL	-12.737.331,05	100,00%	-14.898.924,08	100,00%	-18.304.597,65	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

NÃO SE APLICA

FONTE: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Exercícios 2017/2018/2019/2020) -  
Dados do SIM - TCE/PCG (2017/2018/2019)





AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras			

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2019 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2018 (h) = ((Ib - ILe) + IIIi)	2017 (i) = (Ic - If)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Exercícios 2017/2018/2019/2020) -Dados do SIM - TCE/ PCG (2017/2018/2019)  
Nota :



AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência ds Servidores

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil			0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionistas			
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) <sup>1</sup>			
Demais Receitas Correntes			0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**NÃO SE APLICA**



DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)<sup>2</sup></b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
---	----------	-------------	-------------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2017	2018	2019
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2018	2019
VALOR			

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2018
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		0,00
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			



Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	0,00		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (VIII)</b>			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Benefícios - Civil	0	0,00	
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	0	0,00	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)<sup>2</sup></b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
RECEITAS CORRENTES			
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>			
<b>DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
DESPESAS CORRENTES (XIII)			
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)			
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	
<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)</b>			



**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

**PLANO PREVIDENCIÁRIO**

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

**PLANO FINANCEIRO**

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Exercícios 2017/2018/2019/2020) -Dados do SIM - TCE/ PCG (2017/2018/2019)  
NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).



AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2021**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU	Remissão e Isenção  Desconto	Desconto pagamento antecipado	3.000,00	3.105,00	3.191,94	PROGRAMAS DE AMPLIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL
<b>TOTAL</b>			<b>3.000,00</b>	<b>3.105,00</b>	<b>3.191,94</b>	<b>-</b>

FONTE: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Exercícios 2017/2018/2019/2020) -Dados do SIM - TCE/ PCG (2017/2018/2019)



ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2021**

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00.

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00	Redução das despesas correntes	100.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>100.000,00</b>

  

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>

FONTE: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (Exercícios 2017/2018/2019/2020) -Dados do SIM - TCE/ PCG (2017/2018/2019)



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**Santana**  
do Acaraú

*Dignidade e Transparência*

---

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS**

**PROJEÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE  
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2021**

**NÃO SE APLICA**



---

Órgão: 01 - Camara Municipal de Santana do Acaraú

---

Função: 01 - Legislativa

---

Subfunção: 122 - Administração Geral

---

Programa: 0001 - Legislativo Municipal  
Prover o funcionamento do Poder Legislativo municipal.

---

Ação.....: 0001 - Manutenção do Legislativo Municipal  
Descrição: Manutenção do Legislativo Municipal

---

Unidade de medida: R\$

Quantidade 2021: 1

---

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

---

Função: 04 - Administração

---

Subfunção: 122 - Administração Geral

---

Programa: 0005 - Administração Geral  
A necessidade de administrar o município de Santana do Acaraú, através dos meios físicos e métodos administrativos de gerenciamento dos recursos para identificar e atender as necessidades sociais.

---

Ação.....: 0003 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito  
Descrição: Manutenção das atividades administrativas do Gabinete do Prefeito da Prefeitura de Santana do Acaraú

---

Unidade de medida: R\$

Quantidade 2021: 1

---

Órgão: 03 - Secretaria de Gestão

---

Função: 04 - Administração

---

Subfunção: 122 - Administração Geral

---

Programa: 0004 - Infraestrutura municipal

---

Construção, reforma e ampliação de equipamentos urbanos.

---

Ação.....: 0056 - Aquisição de veículos para as diversas unidades gestoras  
Descrição: Aquisição de veículos para as diversas unidades gestoras municipais.

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 2

---

Programa: 0005 - Administração Geral  
A necessidade de administrar o município de Santana do Acaraú, através dos meios físicos e métodos administrativos de gerenciamento dos recursos para identificar e atender as necessidades sociais.

---

Ação.....: 0004 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Gestão  
Descrição: Manutenção das atividades administrativas das diversas unidades gestoras do Município.

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

---

Ação.....: 0033 - Gestão da Dívida Pública  
Descrição: Gestão e acompanhamento da dívida pública.

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

---

Ação.....: 0099 - Concessão de Subvenções Sociais  
Descrição: Concessão de subvenções sociais a entidades sem fins lucrativos nas diversas esferas de governo.

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

---

Programa: 0012 - Segurança Pública  
Melhoria do sistema de segurança municipal

---

Ação.....: 0110 - Guarda Municipal  
Descrição: Criação a manutenção da guarda municipal

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

---

Ação.....: 0111 - Guarda Mirim  
Descrição: Criação e manutenção da Guarda Mirim

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

---

Ação.....: 0112 - Realização de pesquisas  
Descrição: Realização de pesquisas de vitimização objetivando estabelecer o diagnóstico

---





---

Descrição: Construção, reforma, ampliação e recuperação de praças, chafarizes, parques e demais áreas de lazer.

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

---

Ação.....: 0042 - Gestão da política de saneamento básico e gerenciamento dos resíduos sólidos  
Descrição: Gestão da política de saneamento básico urbano e gerenciamento dos resíduos sólidos, incluindo a criação e manutenção de aterros sanitários, políticas contra a formação de lixões irregulares, implementação de coleta seletiva de lixo, implementação de políticas de reciclagem dentre outros.

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

---

Ação.....: 0043 - Construção de passagens molhadas  
Descrição: Construção de passagens molhadas.

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

---

Ação.....: 0045 - Construção, reforma, conservação, sinalização e ampliação da malha viária  
Descrição: Construção, reforma, conservação, sinalização e ampliação da malha viária municipal.

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 9

---

Ação.....: 0125 - Obras do mobilidades urbana  
Descrição: Realização de obras de mobilidades urbana

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 9

---

Ação.....: 0126 - implantação do Programa de Habitação Rural  
Descrição: Implantação do Programa de Habitação Rural

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 2

---

Programa: 0011 - Cidade Verde  
Revitalização e ampliação das áreas verdes do município, incluindo a construção, reforma, ampliação e manutenção de praças e jardins.

---

Ação.....: 0102 - Ampliação e manutenção das áreas verdes  
Descrição: Construção, ampliação, reforma e revitalização de áreas verdes, praças e jardins.

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 9

---

Programa: 0017 - Desenvolvimento da Infraestrutura Viária

Melhoria e ampliação da malha viária municipal.		
Ação.....: 0035 - Construção, reforma e ampliação de estradas de vicinais		
Descrição: Construção, reforma e ampliação de estradas vicinais.		
Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	1
Função: 17 - Saneamento		
Subfunção: 511 - Saneamento Básico Rural		
Programa: 0004 - Infraestrutura municipal		
Construção, reforma e ampliação de equipamentos urbanos.		
Ação.....: 0036 - Construção, reforma e ampliação da Rede de Esgoto		
Descrição: Construção, reforma e ampliação da rede de esgoto (reforma de bueiros, tratamento de água e esgoto, distribuição de kits sanitários e tratamento de água).		
Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9
Ação.....: 0041 - Gestão da política de saneamento e gerenciamento dos resíduos sólidos		
Descrição: Gestão da política de saneamento básico rural e gerenciamento dos resíduos sólidos, incluindo a criação e manutenção de aterros sanitários, políticas contra a formação de lixões irregulares, implementação de coleta seletiva de lixo, implementação de políticas de reciclagem dentre outros.		
Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	8
Função: 18 - Gestão Ambiental		
Subfunção: 542 - Controle Ambiental		
Programa: 0005 - Administração Geral		
A necessidade de administrar o município de Santana do Acaraú, através dos meios físicos e métodos administrativos de gerenciamento dos recursos para identificar e atender as necessidades sociais.		
Ação.....: 0075 - Manutenção da Limpeza Pública		
Descrição: Manutenção da limpeza pública e gerenciamento de resíduos sólidos.		
Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9
Função: 20 - Agricultura		
Subfunção: 605 - Abastecimento		
Programa: 0070 - Abastecimento D Agua		













Descrição:	Distribuição de medicamentos aos munícipes, abrangendo o estudo de melhores logísticas de distribuição.	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	8
Ação.....:	0065 - Desenvolvimento e implementação de logística de distribuição de medicamentos			
Descrição:	Acompanhar, estudar, desenvolver e implementar logística de distribuição de medicamentos que sejam mais eficientes e eficazes.	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária				
Programa: 0171 - Programa de Acoes de Saude Melhoria dos serviços de saúde pública ofertados				
Ação.....:	0086 - Manutenção dos programas de vigilância em saúde			
Descrição:	Manutenção dos programas de vigilância em saúde	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Programa: 0005 - Administração Geral A necessidade de administrar o município de Santana do Acaraú, através dos meios físicos e métodos administrativos de gerenciamento dos recursos para identificar e atender as necessidades sociais.				
Ação.....:	0082 - Participação em consórcio público de rateio			
Descrição:	Participação em consórcio público de rateio	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	1
Órgão: 07 - Secretaria de Educacao				
Função: 12 - Educação				
Subfunção: 122 - Administração Geral				
Programa: 0005 - Administração Geral				



	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9
<hr/>			
Subfunção: 368 - Educação Básica			
<hr/>			
Programa: 0002 - Capacitação de Pessoal - Recursos Humanos Melhoria da qualidade da administração Municipal e atendimento ao público.			
<hr/>			
Ação.....: 0022 - Capacitação de recursos humanos Descrição: Capacitação de recursos humanos			
Unidade de medida: Pessoa capacitada			
Quantidade 2021: 2			
<hr/>			
Programa: 0003 - Infraestrutura da educação básica Estruturação da educacional do município através da melhoria da infraestrutura da educação básica (construção, reforma, e ampliação de escolas, laboratórios, centros educacionais e outros).			
<hr/>			
Ação.....: 0020 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas, Laboratórios e Centros Educacionais Descrição: Construção, reforma e ampliação de escolas e centros educacionais.			
Unidade de medida: R\$			
Quantidade 2021: 9			
<hr/>			
Ação.....: 0023 - Aquisição de veículo para transporte escolar Descrição: Aquisição de veículo para transporte escolar			
Unidade de medida: Veículo(s) adquirido			
Quantidade 2021: 1			
<hr/>			
Ação.....: 0031 - Aparelhamento das escolas existentes Descrição: Aparelhamento das escolas existentes			
Unidade de medida: Escola			
Quantidade 2021: 1			
<hr/>			
Programa: 0005 - Administração Geral A necessidade de administrar o município de Santana do Acaraú, através dos meios físicos e métodos administrativos de gerenciamento dos recursos para identificar e atender as necessidades sociais.			
<hr/>			
Ação.....: 0021 - Manutenção da Rede de Educação Básica Descrição: Manutenção da Rede de Educação Básica			
Unidade de medida: R\$			
Quantidade 2021: 9			
<hr/>			
Programa: 0009 - Transporte Escolar Manutenção do programa da transporte escolar.			
<hr/>			
Ação.....: 0090 - Manutenção do Transporte Escolar			

---

Descrição:	Manutenção do transporte escolar.		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9
Programa: 0010 - Ensino Básico Manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal			
Ação.....:	0092 - Manutenção do Fundeb 60%		
Descrição:	Manutenção do Fundeb 60%		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9
Ação.....:	0113 - Educação de Jovens e Adultos		
Descrição:	Manutenção e ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), englobando a realização de projetos articulados com vistas à eliminação do analfabetismo.		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9
Ação.....:	0116 - Fortalecimento das organizações estudantis		
Descrição:	Fortalecimento das organizações estudantis como gêmios e conselhos.		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9
Ação.....:	0117 - Centro de Formação e Centro de Referência		
Descrição:	Criação e manutenção do Centro de Formação e do Centro de Referência		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	1
Programa: 0038 - Merenda Escolar Prover a alimentação escolar.			
Ação.....:	0087 - Manutenção da Merenda Escolar		
Descrição:	Manutenção da merenda escolar do ensino básico (fundamental e infantil)		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9

---

Órgão: 08 - Secret. do Trabalho e da Assist.Social

---

Função: 08 - Assistência Social

---

Subfunção: 122 - Administração Geral

---

Programa: 0005 - Administracao Geral





Descrição:	Manutenção dos programas de assistência social.		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	9
Ação.....: 0096 - Manutenção dos Conselhos Municipais			
Descrição:	Manutenção dos Conselhos Municipais		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	1
Ação.....: 0135 - Criar redesocioeducativa			
Descrição:	Criar redesocioeducativa		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	1
Programa: 0131 - Amparo Assistencial e fomento ao trabalho	Amparo assistencial, desenvolvimento da capacidade econômica para geração de emprego e renda, capacitação profissional, desenvolvimento e implementação de demais ações sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população.		
Ação.....: 0067 - Capacitação de Jovens e Adultos			
Descrição:	Capacitação de jovens e adultos (ofertas de cursos como informática, administração, costura, violão, inglês, artesanato, crochê, defensivos agrícolas naturais, cabelo, manicure, culinária, mecânica, manejo animal, etc)		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	7
Ação.....: 0069 - Capacitações e incentivos as associações e cooperativas			
Descrição:	Capacitações e incentivos as associações e cooperativas (capacitação dos gestores e orientações técnicas com agrônomos, contadores, advogados dentre outros técnicos)		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	5
Ação.....: 0070 - Criação de grupos de idosos			
Descrição:	Melhoria da qualidade de vida na terceira idade (grupos de idosos)		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	1
Ação.....: 0071 - Distribuição de Produtos Assistenciais			
Descrição:	Distribuição de produtos assistenciais (urnas funerárias, kits de bebe, etc)		
	Unidade de medida: R\$	Quantidade 2021:	1
Ação.....: 0073 - Apoio aos Conselhos			

---

Descrição:	Apoio as atividades dos Conselhos Municipais		
Unidade de medida:	R\$	Quantidade 2021:	1
<hr/>			
Ação.....: 0103 - Ações preventivas e de esclarecimento da população			
Descrição:	Câmpañas preventivas e de esclarecimento da população, visando atuar preventivamente na promoção, proteção e recuperação da saúde e na inclusão social da população		
Unidade de medida:	R\$	Quantidade 2021:	19
<hr/>			
Ação.....: 0109 - Casa do Cidadão			
Descrição:	Criação e manutenção da Casa do Cidadão.		
Unidade de medida:	R\$	Quantidade 2021:	1
<hr/>			
Ação.....: 0119 - Criação do Centro da Juventude			
Descrição:	Criação e manutenção do Centro da Juventude.		
Unidade de medida:	R\$	Quantidade 2021:	1

---

Órgão: 09 - Sec.Cultura,Turismo,Desporto e Juventude

---

Função: 04 - Administração

---

Subfunção: 122 - Administração Geral

---

Programa: 0005 - Administracao Geral

A necessidade de administrar o município de Santana do Acaraú, através dos meios físicos e métodos administrativos de gerenciamento dos recursos para identificar e atender as necessidades sociais.

---

Ação.....: 0014 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude

Descrição: Manutenção das atividades administrativas da Secretaria de Turismo, Desporto e Juventude.

Unidade de medida: R\$

Quantidade 2021: 1

---

Função: 13 - Cultura

---

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

---

Programa: 0004 - Infraestrutura municipal

Construção, reforma e ampliação de equipamentos urbanos.

Ação.....: 0026 - Construção, ampliação e reforma de Centros de Culturais  
 Descrição: Construção, reforma e ampliação de Centros de Culturais.

Unidade de medida: Prédio Quantidade 2021: 1

Programa: 0054 - Difusão Cultural  
 Fomento das atividades culturais municipais a fim de fortalecer a cultura regional.

Ação.....: 0028 - Criação, apoio e manutenção de atividades culturais e folclóricas  
 Descrição: Criação, apoio e manutenção de atividades culturais (grupos de dança, teatro, artesanato, banda de música, grupos de quadrilha, reisado, criação de salas de leitura, grupos de poesia, e demais grupos de expressão artística e cultural do município).

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 6

Ação.....: 0120 - Festival da Juventude  
 Descrição: Criação e manutenção do Festival do Juventude

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

Ação.....: 0121 - Realização de feiras, festas, festejos, festivais e demais manifestações culturais  
 Descrição: Realização de feiras, festivais, festas, festejos e demais manifestações culturais

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 9

Ação.....: 0123 - Rádio Comunitária  
 Descrição: Manutenção da rádio complementar

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

Ação.....: 0124 - Manutenção do Memorial Pe. Arakém  
 Descrição: manutenção do Memorial Pe. Arakem

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1

Ação.....: 0138 - Criação e manutenção de banda de música  
 Descrição: Criação manutenção de banda de música, englobando a compra de instrumentos para a formação de escola de banda de música.

Unidade de medida: R\$ Quantidade 2021: 1



---

Incentivar as práticas de esportes e propiciar alternativas saudáveis de lazer a população.

---

Ação.....: 0100 - Apoio aos campeonatos esportivos  
Descrição: Apoio aos campeonatos e ligas esportivas.

Unidade de medida: R\$

Quantidade 2021: 1

---

Órgão: 10 - Procuradoria Geral do Município - P G M

---

Função: 04 - Administração

---

Subfunção: 122 - Administração Geral

---

Programa: 0005 - Administração Geral

A necessidade de administrar o município de Santana do Acaraú, através dos meios físicos e métodos administrativos de gerenciamento dos recursos para identificar e atender as necessidades sociais.

---

Ação.....: 0015 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
Descrição: Manutenção das atividades administrativas da Procuradoria Geral do município.

Unidade de medida: R\$

Quantidade 2021: 1

---

Subfunção: 144 – Administração geral

---

Programa: 0012 - Segurança Pública

Melhoria do Sistema de Segurança Municipal.

---

Ação.....:0136 – Defesa Civil Municipal.

Descrição: Manutenção da Defesa Civil Municipal.



## DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-LDO 2021

Declaro, para fins de prova, principalmente junto ao TCE-Tribunal de Contas do Estado do Ceará, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO do Município de Santana do Acaraú, Lei de Nº 1721/20195 de 25 de junho de 2019, que trata da elaboração da LOA para 2021, encontra-se devidamente publicada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú, na forma disciplinada do art 4º da IN 03/2000 de 21.12.2000, do extinto Tribunal de Contas dos Municípios.

Paço da Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú, Estado do Ceará, em 22 de Junho de 2020.

Raimundo Marcelo Arcanjo  
Prefeito Municipal



## EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e de conformidade com a determinação contida na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), AUTORIZA a publicação mediante afixação nos quadros de avisos da Secretaria Municipal de Gestão, na mídia eletrônica, especificamente nos *sites* com os seguintes endereços na Internet: <http://www.santanadoacarau.ce.gov.br> e <http://www.meritusconsultoria.com.br> e em demais locais de amplo acesso público, para divulgação nesta data dos seguintes demonstrativos: LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração da LOA do exercício de 2021.

Paço da Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú, Estado do Ceará, em 22 de Junho de 2020.

Raimundo Marcelo Arcanjo  
Prefeito Municipal